



## A PESQUISA COM IMIGRANTES E REFUGIADOS: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS E PROCEDIMENTAIS

Esp. Nelson Jaime Có<sup>1\*</sup>, Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo<sup>2</sup>  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5204-0184>; <http://orcid.org/0000-0002-4694-9639>

<sup>1</sup> Natural de Guiné-Bissau. Naturalizado brasileiro. Graduado em Teologia pelo Centro Universitário CESUMAR, licenciado em Filosofia pelo- CLARETIANO, pós-graduando em Administração Pública pelo Centro Universitário - CESUMAR e mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Acre - UFAC.

<sup>2</sup> Professor, da Universidade Federal do Acre, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil,  
[\\*nelson.co@sou.ufac.br](mailto:*nelson.co@sou.ufac.br)

Recebido em: 07/04/2022; Aceito em: 13/06/2022; Publicado em: 15/07/2022  
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.4.1-1>

### RESUMO

O presente artigo faz algumas breves observações acerca das considerações sobre pesquisa com imigrantes e refugiados. Apontam-se questões relacionadas à ética, destacando aspectos ligados à pesquisa com imigrantes e refugiados, destacando as normas sobre a pesquisa com seres humanos no que diz respeito aos princípios éticos e morais que regem a boa convivência social. O mesmo também se debruça sobre algumas dificuldades que afetam pesquisas com imigrantes e refugiados. Uma questão que mereceu atenção deste debate é a cultura. As diferenças culturais infelizmente têm se transformado em barreiras, dificultando a interação social. Aquilo que deveria ser uma riqueza, uma atração entre os povos, se tornou um obstáculo, devido à incompreensão e ao obscurantismo da parte dos não migrantes que tentam a todo custo desvalorizar a cultura daqueles que estão chegando. Ser ético na sociedade implica saber respeitar as diferenças culturais e interpessoais. Em vez de aproveitar a fragilidade do imigrante para impor sobre ele a nova cultura local, deve-se, antes de tudo, respeitar a sua cultura, como aquilo que o identifica como cidadão do seu país, da sua raça e da sua pessoa como um ser humano. Respeitar a dignidade alheia é um imperativo moral dentro da sociedade civilizatória. Espera-se, com essas provocações, suscitar no leitor uma opinião crítica e construtiva sobre o tema, que, apesar de não fazer parte da pauta dos temas mais importantes em debates, está sempre presente na vida do homem no seu dia a dia. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, contendo a fundamentação de estudiosos sobre a temática abordada, tendo ainda uma abordagem de caráter qualitativo, visando uma maior reflexão sobre o assunto investigado.

**Palavras-chaves:** Ética; pesquisa acadêmica/científica; imigrantes e refugiados.

### *RESEARCH WITH IMMIGRANTS AND REFUGEES: ETHICAL AND PROCEDURAL CONSIDERATIONS*

### ABSTRACT

This article makes some brief observations about considerations about research with immigrants and refugees. Issues related to ethics are pointed out, highlighting aspects related to research with immigrants

and refugees, highlighting the norms on research with human beings with regard to ethical and moral principles that govern good social coexistence. The same also focuses on some difficulties that affect research with immigrants and refugees. One issue that deserved attention in this debate is culture. Cultural differences have unfortunately become barriers, making social interaction difficult. What should be a wealth, an attraction between peoples, has become an obstacle, due to the incomprehension and obscurantism on the part of non-migrants who try at all costs to devalue the culture of those who are arriving. Being ethical in society implies knowing how to respect cultural and interpersonal differences. Instead of taking advantage of the immigrant's fragility to impose the new local culture on him, one must, above all, respect his culture, as what identifies him as a citizen of his country, of his race and of his person as a human being. Respecting the dignity of others is a moral imperative within civilizing society. It is hoped, with these provocations, to arouse in the reader a critical and constructive opinion on the subject, which, despite not being part of the agenda of the most important themes in debates, is always present in the life of man in his day to day. The methodology used was bibliographic research, containing the reasoning of scholars on the topic addressed. Still having a qualitative approach, aiming at a greater reflection on the investigated subject

**Keywords:** Ethics; academic/scientific research; immigrants and refugees.

## *INVESTIGACIÓN CON INMIGRANTES Y REFUGIADOS: CONSIDERACIONES ÉTICAS Y DE PROCEDIMIENTO*

### **RESUMEN**

Este artículo hace algunas breves observaciones acerca de las consideraciones acerca de la investigación con inmigrantes y refugiados. Se señalan cuestiones relacionadas con la ética, destacando aspectos relacionados con la investigación con inmigrantes y refugiados, destacando las normas sobre la investigación con seres humanos en cuanto a los principios éticos y morales que rigen la buena convivencia social. El mismo también se centra en algunas dificultades que afectan a la investigación con inmigrantes y refugiados. Un tema que mereció atención en este debate es la cultura. Lamentablemente, las diferencias culturales se han convertido en barreras que dificultan la interacción social. Lo que debería ser una riqueza, una atracción entre los pueblos, se ha convertido en un obstáculo, por la incompreensión y el oscurantismo de los no migrantes que intentan a toda costa desvalorizar la cultura de los que llegan. Ser ético en sociedad implica saber respetar las diferencias culturales e interpersonales. Em vez de aprovechar a fragilidade do imigrante para impor sobre ele a nova cultura local, deve-se, antes de tudo, respeitar a sua cultura, como aquilo que o identifica como cidadão do seu país, da sua raça e da sua pessoa como um ser humano. Respetar la dignidad de los demás es un imperativo moral dentro de la sociedad civilizadora. Se espera, con estas provocaciones, despertar en el lector una opinión crítica y constructiva sobre el tema, que, a pesar de no formar parte de la agenda de los temas más importantes en los debates, siempre está presente en la vida del hombre de su época. hoy dia. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica, que contiene los razonamientos de los estudiosos sobre el tema abordado. Todavía teniendo un enfoque cualitativo, con el objetivo de una mayor reflexión sobre el tema investigado.

**Palabras clave:** Ética; investigación académica/científica; inmigrantes y refugiados.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo visa refletir sobre a pesquisa com imigrantes e refugiados, destacando as normas sobre a pesquisa com seres humanos, no que diz respeito aos princípios éticos e morais que regem a boa convivência social. O mesmo também se debruça sobre algumas dificuldades que afetam pesquisas com imigrantes e refugiados. Pensamos que se trata de uma reflexão que

deve merecer atenção da classe acadêmica, criando espaço para participação efetiva da população para prática da boa conduta e o exercício da cidadania.

A motivação para escrever este artigo se deu devido ao trabalho de pesquisa com imigrantes que será desenvolvido por um dos autores no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre. É de extrema importância salientar que um dos autores deste artigo é um imigrante guineense (Guiné-Bissau), naturalizado brasileiro, que vive no país há mais de uma década. De maneira que se pode dizer que o autor em questão compartilha as dificuldades que os imigrantes e refugiados vivem no Brasil e pelo mundo afora.

A metodologia utilizada neste trabalho é a pesquisa bibliográfica, contendo a fundamentação de estudiosos sobre a temática abordada, além disso, teve uma abordagem de caráter qualitativa, buscando uma maior reflexão sobre o assunto investigado.

O texto foi dividido em três tópicos, além de uma introdução e considerações finais: no primeiro, foi abordado a questão da ética na pesquisa, refletindo sobre a importância do pesquisador ser ético. No segundo tópico, debruçou-se sobre a pesquisa com imigrantes/refugiados. No terceiro tópico, a ênfase maior foi sobre a coragem da parte do pesquisador em conhecer culturas diferentes sem se envolver emocionalmente e, também, trabalha-se a questão da interação e do acultramento entre o migrante e o não migrante.

## **2. ÉTICA NA PESQUISA**

A ética deve ser a linha norteadora de todas as ações e pensamentos do pesquisador da pesquisa e, quando se fala das pesquisas que envolvem seres humanos, além do dever de cumprir as exigências gerais de toda atividade científica e aquelas ligadas à ética, o pesquisador deve se atentar para aspectos éticos e morais, respeitando sempre o seu objeto de pesquisa, dando-lhe a voz, não impondo as suas ideias ou pensamentos. Desse modo, ao preparar o seu projeto de pesquisa, quando envolvendo sujeitos humanos, o pesquisador deve pautar-se igualmente nas diretrizes e normas que regem a sua pesquisa, uma vez que o seu projeto passará por apreciação de um Comitê de Ética autônomo, criado nas instituições para tal fim. (SEVERINO, 2007, p. 222).

Observa-se que isso não se faz de um dia para outro, sem uma consciência autorreflexiva, ou seja, uma consciência que se autoexamine, que é capaz de fazer meia culpa se for necessário.

No pensamento platônico, o processo de autoexame é algo indispensável para uma vida social e, no pensamento aristotélico, a ética é concebida como um saber orientador para alcançar a felicidade e a vida boa dentro da convivência social. Segundo Chauí (2000):

Podemos resumir a ética dos antigos em três aspectos principais: 1. o racionalismo: a vida virtuosa é agir em conformidade com a razão, que conhece o bem, o deseja e guia nossa vontade até ele; 2. o naturalismo: a vida virtuosa é agir em conformidade com a Natureza (o cosmos) e com nossa natureza (nosso ethos), que é uma parte do todo natural; 3. a inseparabilidade entre ética e política: isto é, entre a conduta do indivíduo e os valores da sociedade, pois somente na existência compartilhada com outros encontramos liberdade, justiça e felicidade. A ética, portanto, era concebida como educação do caráter do sujeito moral para dominar racionalmente impulsos, apetites e desejos, para orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade, e para formá-lo como membro da coletividade sociopolítica. Sua finalidade era a harmonia entre o caráter do sujeito virtuoso e os valores coletivos, que também deveriam ser virtuosos (CHAUÍ, 2020, p. 3).

A ética seria algo que todos os cidadãos deveriam ter como norte das suas vidas. Ou seja, seria como um prumo esticado, sobre o qual as pessoas aprumariam as suas vidas para uma boa convivência social. Uma pessoa virtuosa, portanto, seria aquela pessoa capaz de se autocorriger para não ultrapassar os limites estabelecidos pela sociedade e, conseqüentemente, para não violar a liberdade e os direitos do próximo. Dominar racionalmente os impulsos de um sujeito racional e moralmente egoísta é um processo muito difícil e desafiador para formá-lo como membro da coletividade sociopolítica, porque implica ao sujeito abrir mão de algumas coisas (apetites e desejos, para orientar a vontade rumo ao bem e à felicidade) que, a seu ver, não deveria para o bem comum em nome das boas virtudes sociais. Numa entrevista na TV Globo, o filósofo Mario Sergio Cortella (2010) definiu a ética da seguinte maneira:

Ética é o conjunto de valores e princípios que você e eu usamos para decidir as três grandes questões da nossa vida que são: Quero? Devo? Posso? Isso é ética. Quais são os princípios que eu uso? Tem coisas que eu quero, mas não devo, tem coisas que eu devo, mas não posso, tem coisas que eu posso, mas não quero. Quando é que você tem paz de espírito? Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é o que você pode e é o que você deve (CORTELLA, 2010).

Isso faz da ética um princípio universal que regula politicamente o comportamento do ser humano na sociedade, o sujeito social precisa ter princípios morais que o regem e o norteiam dentro da sociedade. Não existe um ser sem ética, todos tem ética. A grande questão é a moral que está ligada à prática e à educação cultural e familiar daquilo que o sujeito julga ali, no momento da ação, como certo ou errado. Isso passa a ser a linha norteadora da vida do sujeito por onde ele passar. A sua convivência má ou boa com o próximo se resultará disso, visto que,

em algum momento, o seu comportamento revelará quem é o sujeito e quais são os seus valores éticos e morais como um ser que vive e se relaciona. A forma como um sujeito entende o mundo e a convivência social serão, em suma, direcionadas de acordo com a sua ética moral. Por isso, é importante o processo de autoexame, pois, nesse momento de relacionamento com o próximo, onde as diferenças de opinião e de ser aparecerão, para que haja uma boa conduta, ao menos em um dos lados, é necessário que haja o agente consciente. Como afirma Chauí (2000):

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também reconhece-se como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética. A consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante de alternativas possíveis, decidindo e escolhendo uma delas antes de lançar-se na ação. Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as consequências para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins (empregar meios imorais para alcançar fins morais é impossível), a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto) (CHAUÍ, 2020, p. 433).

É fundamental ter ética na pesquisa; ser coerente e transparente naquilo que se pretende pesquisar é algo primordial para que se tenha uma pesquisa de qualidade. Nessa hora, vale muito aquela máxima que os pais dizem para os filhos antes de saírem de casa: “filho não pegue nada de outra pessoa antes de pedir, se pegar, não se esqueça de devolver”. O pesquisador deve ter em mente que tudo o que vai pesquisar provavelmente alguém já pesquisou, aliás, todas as pesquisas são fundamentadas em cima das bibliografias e pesquisas anteriores. Dar os créditos necessários ao outro que usou na pesquisa é, em certo sentido, devolver os créditos emprestados ao autor como o dono original daquela ideia ou projeto. Em seu oposto, o pesquisador estaria sendo antiético e, pior, roubando a ideia do outro sem pudor.

## **2.1. Legislação brasileira para a pesquisa com seres humanos**

Esse comportamento não se limita somente ao campo da pesquisa acadêmica, pois envolve toda a vida do sujeito na sociedade, no sentido de como ele lida com as pessoas próximas ou que estão chegando, nesse caso, os imigrantes.

A convivência social sempre foi um desafio para o ser humano como um todo, porque, para se relacionar com o outro que, a princípio, é diferente de nós em quase tudo que se faz, pensa e age, requer uma grande maturidade de ambos os lados, tanto para aquele que está

chegando para se reterritorializar, como para aquele que já se encontra no território há mais tempo. Agir em conformidade com os valores sociais e morais é uma obrigação ética.

É de extrema importância procurar saber quais são, de fato, as reais necessidades ou situações específicas do imigrante em sua condição de pessoa humana, uma vez conhecidas as suas reais necessidades, o relacionamento entre o pesquisador e o imigrante se torna algo mais humano e digno de confiança, porque há um pré-conhecimento de ambos os lados, uma vez que se conhecem naturalmente, se auto apresentam para poder ganhar mais confiança do imigrante/refugiado.

A Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, destaca a questão do Consentimento Livre e Esclarecido, exortando o pesquisador a estabelecer um clima amigável e seguro para o sujeito da pesquisa e/ou de seu representante legal, livre de vícios (simulação, fraude ou erro), dependência, subordinação ou intimidação. Após a explicação completa e pormenorizada sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que possa acarretar, formula-se um termo de consentimento, autorizando sua participação voluntária na pesquisa. A intenção é, de fato, evitar todas as situações antiéticas que possam comprometer a transparência da pesquisa fora do ambiente, priorizando a transparência total entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa (BRASIL, 2007, on-line).

Outro destaque feito pela mesma resolução em debate sobre o Consentimento Livre e Esclarecido, observando a seguinte eticidade:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade) (BRASIL, 2007, on-line).

Aqui estão alguns princípios básicos da ética sobre a pesquisa, independentemente do tema, local e a natureza da pesquisa. Além do Consentimento Livre e Esclarecido dos indivíduos, é preciso respeitar essas observâncias para que haja a credibilidade da pesquisa.

Como sempre, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá tratá-lo em sua dignidade, respeitá-lo em sua autonomia e defendê-lo em sua vulnerabilidade, sendo ele imigrante ou não.

Tratar o outro com dignidade e respeito é primordial na vida de um pesquisador, que tem o dever de prezar pelo seu objeto de pesquisa, de defendê-lo em sua fragilidade e de garantir a sua autonomia. O que conseqüentemente trará fortes benefícios para a sua pesquisa, como a credibilidade, a transparência, a imparcialidade, a vitalidade etc. A forma como se lida com as fontes influencia muito na pesquisa, pois são elas que vão garantir a credibilidade da pesquisa, por mais que esta possa ser e convincente, por isso, é fundamental a garantia de que, durante os trabalhos, os danos previsíveis serão evitados (não maleficência), isso é o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos. A relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis garante, a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária (justiça e equidade) (BRASIL, 2007, on-line).

Todo projeto de pesquisa, que geralmente antecede à pesquisa propriamente dita, deve analisar as necessidades de cada um dos membros da comunidade e as diferenças presentes entre eles, explicitando como será assegurado o respeito às mesmas, agindo assim garantirá o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas.

Como é visto hoje em dia, os resultados da pesquisa ficam, geralmente, com o pesquisador, deixando as comunidades que foram objetos de pesquisa na miséria de sempre. Por isso, é necessário que se estabeleçam nos centros de estudos nas faculdades e nas universidades consideradas polos de pesquisa, instâncias julgadoras e avaliadoras dos aspectos éticos nas pesquisas para combater tais práticas e injustiças que prejudicam o meio acadêmico e, conseqüentemente, a sociedade como um todo. O pesquisador deve garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, possam ser traduzidas em benefícios para a própria comunidade, cujos efeitos continuem tendo sentido depois de sua conclusão. (BRASIL, 2007, on-line).

No que diz respeito às informações relativas ao sujeito da pesquisa, a Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, destaca os seguintes pontos:

- a) Descrever as características da população a estudar: tamanho, faixa etária, sexo, cor (classificação do IBGE), estado geral de saúde, classes e grupos sociais etc. Expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis;
- b) Descrever os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa;
- c) Identificar as fontes de material de pesquisa, tais como espécimes, registros e dados a serem obtidos de seres humanos. Indicar se esse material será

- obtido especificamente para os propósitos da pesquisa ou se será usado para outros fins;
- d) Descrever os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos. Fornece critérios de inclusão e exclusão;
  - e) Apresentar o formulário ou termo de consentimento, específico para a pesquisa, para a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sob as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa;
  - f) Descrever qualquer risco, avaliando sua possibilidade e gravidade;
  - g) Descrever as medidas para proteção ou minimização de qualquer risco eventual. Quando apropriado, descrever as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, no caso de danos aos indivíduos. Descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade; e
  - h) Apresentar previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa (BRASIL, 2007, on-line).

Aqui a resolução apresenta as informações relativas ao sujeito da pesquisa, destacando os principais pontos que não podem faltar no acolhimento das informações e características do sujeito ou da população a ser estudado. No que diz respeito ao tamanho, à faixa etária, ao sexo, à cor, ao estado geral de saúde, às classes e aos grupos sociais, por exemplo, expor as razões para a utilização de grupos vulneráveis se torna características indispensáveis para estruturação e o norteamento da pesquisa, sendo usadas para trazer mais transparência para o texto original e para a pesquisa como um todo. É sabido que os grupos vulneráveis são geralmente explorados em muitos aspectos, inclusive nas pesquisas científicas, de maneira que, quando o pesquisador expõe as razões para utilização de grupos vulneráveis, ele está automaticamente credibilizando a sua pesquisa, eliminando as futuras narrativas preconceituosas e acusatórias, deixando claro o seu interesse que motivou a pesquisa. Essa exploração ocorre do ponto de vista dos autores: quando tal monta interfere na autonomia da decisão do indivíduo ou responsável de participar ou não da pesquisa.

Descrever de maneira clara e objetiva os métodos que afetem diretamente os sujeitos da pesquisa ajuda muito na compreensão do texto, mostrando os caminhos percorridos até chegar ao seu objetivo.

Entende-se método como um instrumento utilizado para guiar os passos do pesquisador em busca de seus objetivos. E, por ser uma ferramenta eficaz de investigação, confere ao objeto de estudo autenticidade e credibilidade dos resultados investigados. Também serve para distinguir o que é científico ou não. Logo, é por meio dos métodos que são feitos o experimento,



a comparação, a análise, a investigação e as descobertas, sendo de clara e essencial importância para o meio acadêmico (BANDEIRA, MARQUES, OLIVEIRA, 2016).

Identificar as fontes de material de pesquisa é de extrema importância para que as fontes sejam claramente definidas e identificadas, a fim de trazer a transparência e a credibilidade à pesquisa, além das fontes, dos registros e dos dados a serem obtidos indicando, dessa forma, que o material a ser coletado será destinado exclusivamente à pesquisa, ou seja, condição *sine qua non* para os trabalhos de pesquisa

Outro item também muito importante são os planos para o recrutamento de indivíduos e os procedimentos a serem seguidos, já que o pesquisador deve descrever os critérios de inclusão e exclusão desses indivíduos que farão parte da pesquisa.

Outro procedimento que não pode faltar nessa etapa é a descrição dos riscos, avaliando sua possibilidade e gravidade, para, em seguida, apresentar o termo de consentimento, específico para a pesquisa, servindo para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo informações sobre as circunstâncias sobre as quais o consentimento será obtido, quem irá tratar de obtê-lo e a natureza da informação a ser fornecida aos sujeitos da pesquisa.

Tais requisitos parecem burocratizar demais os procedimentos para o início dos trabalhos da pesquisa, mas são necessários eticamente falando para evitar outras situações inadequadas que podem trazer grandes transtornos para a pesquisa, podendo resultar em perda total da mesma.

Outro fator importante é sobre a saúde e segurança. Nesse caso, o pesquisador ou responsável pela pesquisa deve, quando apropriado, apresentar as medidas para assegurar os necessários cuidados à saúde, como os danos aos indivíduos. Além disso, deve descrever também os procedimentos para monitoramento da coleta de dados para prover a segurança dos indivíduos, incluindo as medidas de proteção à confidencialidade, minimizando qualquer risco eventual. Tais medidas são benefícios mútuos, fazendo delas indispensáveis para os trabalhos de pesquisa no campo ou não.

Como é sabido, nada quase se faz sem capital. E, para evitar qualquer influência financeira, o pesquisador deve apresentar, de maneira objetiva, a previsão de ressarcimento de gastos aos sujeitos da pesquisa. A ideia é que tire quaisquer dúvidas que possam existir para evitar a interrupção dos trabalhos. É importante salientar que a importância referente não poderá ser de tal monta que possa interferir na autonomia da decisão do indivíduo de participar ou não da pesquisa. A interferência na autonomia da decisão do indivíduo é prejudicial para a pesquisa,

porque a desqualifica, tirando toda a credibilidade que se possa ter nos trabalhos, pois não teve autonomia das posições e muito menos opiniões. A falta de autonomia corrompe e desmoraliza a pesquisa.

### **3. A PESQUISA COM IMIGRANTES/REFUGIADOS**

Aqui faremos uma breve consideração para a pesquisa com os imigrantes, destacando os principais pontos ou princípios indispensáveis quando se trata da pesquisa com esse público. É preciso ter em mente que o imigrante, apesar de ser diferente em alguns aspectos, ele é um ser sentimental, relacional como qualquer outro. Logo, tudo que se faz em relação a ele deve ser bem pensado e planejado, porque está se relacionando com uma cultura diferente, que tem os seus princípios e normas.

#### **3.1. Primeiro princípio: Compreender e respeitar as diferenças que o outro tem**

Compreender e respeitar as diferenças que o outro tem é o primeiro passo de maturidade que um sujeito ético na sociedade dá na vida. Uma consciência ética sabe que o imigrante, por ser novo no território, deve ser tratado com respeito, como um ser social que precisa de um espaço para compartilhar as suas ideias, a cultura e a visão de mundo.

Imigrante, sendo ele regular ou não, é uma figura emblemática e ambígua, tido, às vezes, como uma pessoa que deve ser protegida e, ao mesmo tempo, como uma ameaça à segurança da qual é necessário se defender. O imigrante vive em cima dessa linha tênue que o joga de um lado para outro. Parece que a sociedade ainda não aprendeu a viver e se relacionar com os imigrantes/refugiados, mesmo sendo ela algo que se formou na base de um processo migratório. Toda a sociedade se forma através das famílias que se migram em busca das melhores condições de vida.

É curioso observar que os imigrantes podem ser considerados como vítimas ou como heróis. Dependendo do momento, podem ser vistos como pessoas que fizeram algo errado em seu país de origem e que podem trazer doenças, aumentando os riscos de problemas sociais e econômicos, o que o pesquisador indiano Arjun Appadurai (2009) chama do medo do pequeno número. Além desses aspectos, remetem frequentemente à questão das diferenças culturais pela língua falada, pelas vestimentas, pelos códigos de educação e conduta, pela forma como tratam as crianças etc. De alguma forma, os imigrantes/refugiados deixam evidente que compartilham de outros modos de ver e viver o mundo. Assim, a cultura, definida geralmente de uma maneira

superficial e estereotipada, é imediatamente implicada nas explicações, justificativas e sentimentos em relação a essas pessoas (MARTI, GOLDBERG, SILVEIRA, 2018, p. 31).

O pré-julgamento antes de conhecer/relacionar com a pessoa dificulta muito o processo de compreender e respeitar as diferenças, pois cria um bloqueio que não deixa absorver novas informações, novas possibilidades, fazendo com que a pessoa se feche no seu mundo, deixando o imigrante sem muitas opções para se apresentar e muito menos expor as suas ideias. No Brasil, por exemplo, ainda que os processos migratórios internacionais sejam limitados do ponto de vista numérico, a presença de grupos de imigrantes e refugiados em vários locais específicos do país tem evidenciado importantes problemas enfrentados pelos imigrantes/refugiados, tais como: inserções precárias de trabalho, condições de vida comprometidas pela não inclusão com a realização plena de direitos, ausência de respeito às diferenças e à diversidade, assim como atos de racismo principalmente em relação a imigrantes negros, colocados em evidência nas últimas décadas (MARTI, GOLDBERG, SILVEIRA, 2018, p. 33).

É certo que sempre houve preconceito no Brasil, preconceito contra o pobre, contra mulher, principalmente mulher negra, contra indígenas, contra pardos, contra deficientes, contra analfabetos, contra negros, contra homossexuais, contra estrangeiros etc., só que, nesses últimos tempos, com o aumento número de refugiados/imigrantes, o preconceito contra esse público aumentou ainda mais. A indisposição em compreender e respeitar as diferenças culturais, sociais, econômicas, raciais, por exemplo, se evidencia cada vez mais. Aliás, essa indisposição se converteu em patriotismo, que tem crescido e divulgado nesses últimos tempos até pelas autoridades de alto nível, tratando o imigrante, em alguns casos, como inimigo, espião, causador de doenças, fome, pobreza e desemprego na sociedade.

Tudo isso talvez seja o medo do pequeno número:

Assim, o medo aos pequenos números está intimamente ligado às tensões produzidas para a teoria social liberal e suas instituições pelas forças da globalização. As minorias num mundo globalizante são uma lembrança constante na incompletude da pureza nacional. E quando as condições principalmente aquelas que cercam a incerteza social dentro de uma determinada organização social e política estão maduras para que essa incompletude seja mobilizada como um defeito volátil, pode-se produzir o ódio do genocídio, especialmente naqueles ordenamentos políticos liberais em que a ideia de minoria, de algum modo, veio a ser um valor político compartilhado, afetando todos os números, grandes e pequenos (Appadurai 2009, p. 67).

As minorias num mundo globalizante são uma lembrança constante na incompletude da pureza nacional como um obstáculo, o inimigo do desenvolvimento que deve ser combatido e isolado dos outros. Aquele que é “diferente”, em vez de somar, passou a subtrair. Interessante

é que essa ideia foi trabalhada pela classe elitizada contra os que, nas suas teorias, iriam colocar as suas boas convivências em risco e, para evitar essa situação, transformaram todos aqueles que estão chegando em busca de melhores condições de vida como os inimigos da boa convivência, quem vem somente para tirar tudo que é de bom nessa sociedade. Fica evidente que o medo dos pequenos números está intimamente ligado às tensões produzidas pelas teorias sociais liberais.

### **3.2. Segundo princípio: Levar em conta a sua situação de fragilidade emocional da pessoa em situação de itinerância**

É extremamente humano compreender e levar em consideração a condição de fragilidade emocional da pessoa em situação de itinerância. Ter a consciência da fragilidade do itinerante é reconhecer as lutas enfrentadas pelo imigrante ao longo do seu percurso até chegar ao seu novo local para recomeçar a vida. Geralmente a saúde dos imigrantes/refugiados é bem precária devido à falta de meios e às péssimas condições que se encontram. Na maioria das vezes, passam dias, semanas, meses no mar, viajando em busca das melhores condições.

Os cuidados em saúde acabam por constituir a porta de entrada para os imigrantes nos serviços públicos, pois em algum momento haverá busca de alívio aos seus sofrimentos em contextos de serviços marcados por desafios nos processos de inclusão. Nessa perspectiva, não basta ter o cartão SUS e direito de acesso estabelecido para o atendimento como qualquer outro cidadão. Há especificidades próprias a esses grupos que provavelmente são desconhecidas dos profissionais de saúde nos diversos níveis de atenção, como também há desconhecimento dos imigrantes sobre a forma como esse cuidado é realizado. Os processos de saúde, doença, atenção e prevenção entre os diferentes grupos de imigrantes podem conter similaridades e distanciamentos com os modelos de atenção dos profissionais de saúde (MARTIN, GOLDBERG, SILVEIRA, 2018, p. 34).

Faz sentido a ideia de que os cuidados em saúde acabam por constituir a porta de entrada para os imigrantes nos serviços públicos para poderem ter acesso aos bons médicos para se tratarem. É sabido por todos que o desemprego causa mais pobreza, porque deixa o sujeito sem poderes de compra, e uma pessoa desprovida de poderes econômicos automaticamente se vê limitada para comprar qualquer que seja serviço em qualquer que seja área, principalmente na área da saúde, que sempre foi cara.

Quando falamos das dificuldades de um cidadão não migrante que está no seu país, provido de algumas condições, a situação desse cidadão é sempre melhor em relação à do imigrante. Do contrário do cidadão não migrante que é provido de algumas condições, o imigrante é desprovido de todas as condições, restando-lhe lutar ferozmente pela sua

sobrevivência. De maneira que tudo que vem pela frente como uma saída, ele abraça com toda força, porque é melhor abraçar tal oportunidade, ainda que em péssimas condições, do que deixar passar. É bom sublinhar que o imigrante abraça essas oportunidades ruins na expectativa de alcançar algo melhor.

Os imigrantes/refugiados são sempre vistos como diferentes, já que o processo de adaptação é um dos momentos mais complicados da vida dos imigrantes/refugiados, que ainda pode ser agravado pela ilegalidade, pois, como demonstram alguns artigos, tal condição dificulta a empregabilidade, fazendo com que o imigrante, ao obter uma colocação, se submeta à exaustiva jornada de trabalho desumano, sendo explorado e humilhado o tempo todo (OLIVEIRA *et al.*, 2022, p. 78).

Outra situação que dificulta o processo de adaptação quando se trata dos imigrantes indocumentados é o isolamento, o medo de ser deportado a qualquer momento; ao mesmo tempo, ele sente a falta de redes sociais (familiares, amigos, colegas) e comunidades de apoio na sociedade de destino. Sem família, o migrante se dirige ao isolamento total, à nostalgia, e às consequências do trauma, dos medos e das feridas abertas, provocadas pela incompreensão dos que acham que o diferente deve ser marginalizado. Esses e outros motivos são fatores que aumentam a vulnerabilidade dos imigrantes. Assim, o estresse pode evoluir para situações mais graves, que se manifestam em problemas de saúde mental (PADILLA, 2013, p. 56), o que infelizmente justifica o aumento de números de migrantes e refugiados em situações de rua, com vários problemas psíquicos e sem nenhum apoio da sociedade. Ademais, muitos são mortos a tiro por causa do intenso frio europeu, sendo queimados nas calçadas só por serem “diferentes”. De acordo com OLIVEIRA (2016):

A saúde mental dos imigrantes vem sendo abordada nos artigos como uma das áreas mais atingidas e como um dos principais problemas de saúde. Estes se desenvolvem ao longo dos anos de vida no exterior, podendo ocorrer nos primeiros anos durante o processo de adaptação. Estudos apontam que esse achado clínico atinge principalmente as mulheres, que, por sua vez, se veem desestimuladas a construir uma socialização com a comunidade local, reduzindo com isso a busca por novas vivências. Vale ressaltar que a saudade dos familiares e do país de origem contribui para o quadro de adoecimento mental ou para os transtornos mentais comuns (TMC) (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p.78).

Podem ser que o tema nunca saia das discussões, mas o certo é que os efeitos dessas discussões são bem discretos, a ponto de nem fazerem barulho para acordar a sociedade para esse terrível mal que vem dizimando os refugiados e migrantes pelo mundo afora. Talvez nunca tenha incomodado, porque a classe que está sofrendo na sociedade é a classe das minorias, sem

muita importância para chamar atenção da sociedade para tal dilema. O pior de tudo é que esse achado clínico atinge principalmente as mulheres, que são a parte mais vulnerável e sem voz dentro dessa classe de minoria, ou seja, atinge a classe menos desfavorecida de todas e mais delicada nessa situação: mulheres fora das suas pátrias, na maioria das vezes com crianças no colo, sem mínimas condições de vida, sem emprego, sem documentos etc. Para piorar a situação, algumas são viúvas, com crianças, sem conseguir emprego, já que não tem com quem deixar os seus filhos.

Essa cruel realidade faz com que elas se vejam desestimuladas a construir uma socialização com a comunidade local, reduzindo com isso a busca por novas vivências. Olhando para o quadro da situação como um todo, de fato, elas não teriam condições emocionais e mentais para se ressocializarem com a nova sociedade, que sequer deu a mínima oportunidade para elas expressarem as suas emoções e sentimentos. Para se socializar é preciso ser acolhido e amado para, pelo menos, se sentir gente dentro do novo território.

A saúde mental dos migrantes/refugiados precisa fazer parte da pauta principal dos governantes. Os organismos internacionais sobre os direitos humanos precisam olhar para essa situação com máxima atenção como um mal que precisa ser contido no mundo todo. É dito no mundo todo, uma vez que, em todas as partes do mundo, há refugiados e migrantes, já que o processo migratório é mundial e o ser humano é um ser migrante. Tudo depende da situação, se estiver favorecendo, tudo bem, mas, do contrário, ele sai em busca das melhores condições para viver. Segundo PADILLA (2013):

As barreiras 'externas' ao sistema de saúde incluem as barreiras económicas (nível de pobreza, falta de cobertura ou de seguro, incluindo problemas relativos ao emprego), localização geográfica, fatores culturais e/ou étnicos ou falta de infraestrutura pública na prestação dos serviços. As barreiras 'internas' ao próprio sistema de saúde estão relacionadas com processos de prestação do sistema de saúde, como a infraestrutura do sistema, a atribuição interna de recursos e a efetividade de cobertura. No entanto dentro do sistema, também se podem evidenciar barreiras étnico/ culturais como a falta de sensibilidade cultural por parte dos profissionais de saúde. Enquanto as primeiras ocorrem na entrada do sistema, as segundas ocorrem num momento mais avançado com o provedor do serviço. Ainda, uma outra barreira é a 'autoexclusão', na qual o imigrante exclui-se a si próprio por motivos como a estigmatização (saúde mental, SIDA, etc.) ou por medo de ser identificado pelas autoridades (comum nos indocumentados) (PADILLA, 2013, p. 59).

As barreiras parecem fazer parte da vida dos migrantes, que, por onde passam, sempre tem barreiras a serem enfrentadas, sendo elas internas ou externas; há sempre uma pedra no caminho do pobre peregrino em busca das melhores condições de vida. As barreiras externas

vão desde a situação econômica (nível de pobreza, falta de cobertura ou de seguro, incluindo problemas relativos ao emprego), localização geográfica, fatores culturais e/ou étnicos ou falta de infraestrutura pública na prestação dos serviços, saúde básica, envolvendo, em geral, aquilo que os governantes deveriam fazer para receber essa população que está chegando praticamente carente de tudo.

Já as barreiras internas, falando especificamente da saúde, estão relacionadas aos processos de prestação do sistema de saúde, como a infraestrutura do sistema, a atribuição interna de recursos e a efetividade de cobertura dando amparo legal e humano. É bom deixar claro que as barreiras não param nessa situação da saúde somente, também se podem evidenciar barreiras étnico/culturais, como a falta de sensibilidade cultural por parte dos profissionais de saúde, a falta de sensibilidade com aqueles que estão chegando desprovidos de condições de sobrevivência. Muitas vezes os profissionais de saúde são insensíveis e indispostos para fazer o mínimo de esforço para compreender e demonstrar a empatia para essa classe tão sofrida e marginalizada.

Outra barreira que parece já vir com o migrante não é provocada pelo migrante, e, sim, pela população que o recebe. Estamos falando da barreira de “autoexclusão na qual o imigrante exclui-se a si próprio por motivos como a estigmatização (saúde mental, SIDA, etc.) ou por medo de ser identificado pelas autoridades (comum nos indocumentados)” (PADILLA, 2013, p. 59).

O migrante se autoexclui para não se expor, porque percebe que ainda não é bem-vindo nessa nova sociedade e, com medo de passar por outros constrangimentos, prefere se excluir do convívio social local, sem ao menos expressar as suas habilidades, conhecimento e sua cultura. Toda essa situação só deixa o homem mais pobre culturalmente falando e intelectualmente também, porque ele se fecha para receber e interagir com o novo e, conseqüentemente, perde a oportunidade de conhecer novas culturas e novas vivências. É bom deixar claro que, nesse caso, todos os dois lados saem perdendo. Ninguém sabe tudo e ninguém é todo suficiente a ponto de não precisar de ninguém, todos precisam um do outro para viver em harmonia.

### **3.3. Terceiro princípio: Considerar a cultura do imigrante/refugiado**

É preciso, antes de tudo, entender que o imigrante, quando sai do seu país, não perde a sua identidade. Pelo contrário, ele continua preservando-a. O processo de desterritorialização não remove do refugiado ou imigrante a sua identidade, algumas mudanças podem ocorrer

parcialmente, mas nunca na sua totalidade. O imigrante, quando se desterritorializa, ao chegar no novo local reterritorializa, não de maneira automática, mas ao longo do tempo, mantendo a sua identidade original, apesar de várias mudanças e choques culturais que enfrentou ao longo da sua árdua e dificultosa caminhada. Saber respeitar as diferenças interpessoais é ser ético na sociedade.

É fundamental observar que o princípio da dignidade do ser humano lhe assegura o direito à integridade física e psicológica e ao respeito moral de outrem. Respeitar a dignidade alheia é um imperativo moral. O princípio da liberdade do ser humano confere a esse o direito de não ser coagido por outrem e lhe confere o dever de não coagir as demais pessoas na sociedade (GUERRIERO et. al. 2008, p. 266). É por isso que, ao ter o imigrante como sujeito da pesquisa, é necessário considerar o todo, ou seja, sua cultura, seu modo de ver o mundo, por exemplo.

Para Saquet (2011), a cultura, juntamente com vários outros elementos (revitalização de identidades, mutabilidade nas relações de poder, entre outros) é fundamental para compreender a questão da territorialização e do imigrante. A compreensão cultural tem um papel importante na relação ao imigrante e ao não imigrante, ajudando a suavizar impactos das diferenças iniciais, abrindo caminho para várias possibilidades que somam na adaptação do recém-chegado ao novo território.

Em um mundo repleto de conflitos e ameaças naturais, indivíduos são obrigados a sair de sua terra natal e procurar proteção em outro país. O Brasil é um país que abriga milhares de refugiados e essa situação acarreta diversas mudanças econômicas, simbólicas e especialmente culturais. A inserção em uma nova cultura exige um processo constante de (re)construção de identidades, de forma que o indivíduo continua preservando sua cultura ao mesmo tempo que se recria com uma nova identidade no país de refúgio. Esse artigo visa discutir como esse processo identitário através de um marcador cultural muito comum: a alimentação. Dessa forma, busca-se refletir qual o papel das práticas alimentares no processo de construção de uma identidade de refugiado, ao mesmo tempo em que é pensada a influência da cultura alimentar na preservação de identidade étnica (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

O processo de reconstrução de identidades e a inserção em uma nova cultura exigem um processo constante de diálogo, de compreensão e de parceria. O imigrante espera conservar a sua cultura enquanto se adapta à uma nova identidade no país de refúgio. A ideia de que o imigrante perde a sua identidade quando migra é totalmente equivocada, porque quando sai do seu território, ele continua preservando a sua identidade, a sua cultura e os seus costumes por onde passar.



A sua identidade faz parte dele naturalmente, de maneira que, mesmo já adaptado em outra realidade, a sua cultura continua presente de maneira inconsciente, assim, involuntariamente, ele vai manifestando a sua cultura. E é aí que vem a grande riqueza da humanidade, a interação de diferentes culturas no mesmo território.

O século XXI é marcado por grandes deslocamentos populacionais provocados por vários motivos, e a tecnologia e comunicação desenvolveram meios de conectar as pessoas a nível mundial como nunca havia acontecido. O processo de globalização transformou o nosso cotidiano e hoje as barreiras podem ser atravessadas com muito mais facilidade, levando a um constante vaivém de pessoas, objetos, matérias-primas, culturas, alimentos (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

E, apesar dessa facilidade, o migrante/refugiado ainda passa por dificuldades na inserção do mercado de trabalho, vendo-se obrigado a aceitar empregos que muito se diferem de sua área de atuação e de sua formação. Outra questão existente é a adaptação ao novo país. Ademais, a identidade do sujeito migrante/refugiado acaba, por vezes, se perdendo, pois, a sociedade a sujeita a criar uma nova identidade: a identidade de refugiado. Ignorando a ciência que os refugiados não abandonaram sua terra natal, amigos e cultura de forma espontânea, já que eles foram forçados a deixar para trás um mundo de representações simbólicas e familiares (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

Não se pode impor a sua cultura sobre outra que já está estabelecida, portanto, é importante questionar de que forma elas são construídas. Não se muda de um dia para outro, porque a identidade cultural é atrelada a uma nação ou a um povo, isto é, um processo de construção simbólica que acontece durante toda a vida por meio do sentimento de pertencimento a um grupo, que se dá na partilha de costumes, hábitos, religião, práticas alimentares. Tais elementos culturais são essenciais para o processo de construção e reconstrução de identidades, e é por isso que eles transitam negociando as duas ou mais identidades ao longo da sua peregrinação (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

O impacto causado pela circulação forçada gera transformações na vida desses indivíduos nos âmbitos econômico, político, social e, o que mais interessa a este trabalho, cultural. Devido à mudança de território, os refugiados precisam deixar para trás não só o país de origem, mas os amigos e familiares, bem como costumes, tradições e hábitos cotidianos que constituem a identidade étnica desses indivíduos. Além de se afastarem geograficamente desse meio cultural específico, eles ainda precisam buscar inserção social e cultural na nova sociedade em que desembarcam. Tal tarefa não é simples, pois envolve descobrir e assimilar novos conhecimentos que muitas vezes são opostos aos que os refugiados cultivam (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

Descobrir e assimilar novos conhecimentos nunca foi um processo fácil, uma vez que esses conhecimentos são opostos aos que os refugiados cultivam, logo, o processo de inserção em um novo país não deve incluir o abandono das características culturais próprias de cada grupo ou território, do contrário, seria uma brutal violação da identidade de um cidadão. O deslocamento de pessoas envolve também o deslocamento de sua própria cultura, permitindo a troca de experiências e novos aprendizados. Os imigrantes/refugiados são transportados para uma realidade que produz novas vivências, mas eles conseguem preservar os aspectos identitários atrelados ao país de origem, visto que levam consigo práticas culturais de toda uma vida anterior construída em outro local.). Altoé e Azevedo (2018) trazem como exemplo a alimentação:

Essa movimentação dos hábitos alimentares permite que os refugiados possam fazer a manutenção suas identidades híbridas. A culinária na situação de refúgio ainda mantém sua essência, mas para isso passa por adaptações e improvisos por grupos étnicos fora de sua terra natal. O fluxo da alimentação está nas transformações dos pratos-totem, e também está no cotidiano do grupo de migrantes, que experimentam novos gostos, inventam uma “culinária de refugiado” e assim mantém sua cultura alimentar em constante movimento. Por um lado, a alimentação permite ao indivíduo preservar e habitar a cultura intimamente ligada ao seu povo originário e a sua terra natal; por outro, ela o ajuda a se construir como refugiado em um novo país. A cultura alimentar atua nessas duas vias, estando presente na dupla identidade do indivíduo refugiado e fornecendo um caminho para que ela esteja em contínua construção (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

Experimentar novos gostos é uma maneira de interação e de aprendizado cultural que permite, além da interação cultural, facilitar a criação de vínculos quando se senta à mesa para comer e saborear pratos diferentes. A alimentação ajuda o cidadão migrante a se construir como refugiado em um novo país e o permite preservar e habitar a cultura intimamente ligada ao seu povo originário e a sua terra natal, mesmo vivendo em outro país. Esse contínuo alimentar é desenvolvido na esfera doméstica, no interior do grupo de refugiados, e contribui para o papel da alimentação de atuar como elemento definidor de uma comunidade, sendo ela estrangeira ou não. As práticas selecionadas para continuar no cotidiano são uma maneira de afirmar todos os dias que os hábitos alimentares podem continuar os mesmos e que estes são capazes de definir culturalmente essas pessoas. Tais práticas preservam a identidade étnica no grupo e ajudam a construir a nova identidade como imigrantes (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

### **3.4. Quarto princípio: O imigrante por si só é um universo em si**

Tudo parece estar em constante mudança e em constante conflito de interesses e culturas na vida do migrante, de maneira que pesquisar na tentativa de compreender a vida do migrante/refugiado é um desafio muito grande, já que traz consigo muitos desafios e conflitos de interesses.

Logo, o pesquisador precisa estar bem fisicamente e emocionalmente para não escolher uma das partes ou tomar a dor para si. Pesquisar sobre esse tema é um desafio que não deve desencorajar o pesquisador, pelo contrário, deve incentivá-lo a querer saber mais, porque compreendendo as diferenças do outro “diferente” é que se aprende mais, portanto, ele deve ter a coragem de entender e conceber o outro de múltiplas maneiras.

Stuart Hall acreditava que havia um caráter de mudança na modernidade. Seu argumento é que as sociedades modernas são, por definição, “sociedades de mudança constante, rápida e permanente”, que por sua vez são caracterizadas pela diferença, isto é, “elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes situações e identidades” (HALL, 2014, p. 12). O estudioso apresenta sua tese em relação àquilo que ele chamou de “crise de identidade”. De acordo com Hall, tal crise vem acometendo o sujeito na modernidade tardia, este já foi um dia considerado unificado, mas hoje se encontra cindido, fragmentado, deslocado e descentrado em uma polissemia de identidades com as quais ele precisa lidar, como o seu pertencimento ou as suas “paisagens culturais” de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero (HALL, 2014, p. 09).

Para aqueles/as teóricos/as que acreditam que as identidades modernas estão entrando em colapso, o argumento se desenvolve da seguinte forma. Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento-descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" (HALL, 2014, p. 09).

Sobre a língua do migrante, aqui vai outra situação que é fundamental nesse processo de deslocação na vida: o intérprete é a pessoa que faz a ponte nesse primeiro contato entre os dois mundos totalmente diferentes que agora tentam se conectar dentro do mesmo território. Entretanto, para que essa conexão flua, é preciso que as línguas faladas sejam entendidas e bem

compreendidas por ambas, ainda que não saibam falar, portanto, a figura do intérprete se faz fundamental para facilitar a comunicação.

É importante destacar que a interpretação comunitária traz benefícios tanto para o provedor do serviço (funcionário público) quanto para o usuário (público), pois proporciona autonomia comunicativa para ambas as partes, ou seja, a presença linguística do indivíduo naquele local ou evento. O intérprete comunitário é capaz de tornar um imigrante, refugiado ou membro de etnia ou grupo particular presente linguisticamente em uma situação que, sem essa presença, poderia ser desrespeitosa à liberdade dessa pessoa – como por exemplo em uma audiência com réu estrangeiro. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, todos têm direito de serem julgados numa língua que sejam capazes de compreender e possam falar, ou de obterem gratuitamente um intérprete (NORDIN, 2021, p. 46).

A compreensão da língua é basilar nesse momento inicial e ao longo do processo de inserção do imigrante/refugiado na sociedade, porque, sem a compreensão da língua, fica difícil a comunicação e, com isso, a ideia de interação fica inviável. A interatividade requer compreensão, que, por sua vez, depende da língua falada pelo próximo. Quando não há a compreensão da língua, o processo de reinserção se torna inviável. Por isso, é fundamental ter sempre uma pessoa que entende a língua para servir de intérprete entre o refugiado migrante e o cidadão não migrante que está recebendo os refugiados. Atualmente se vê muitos refugiados sendo hostilizados, geralmente, pela incompreensibilidade da língua. A comunicação identitária precisa fluir através da língua, e esta jamais deve constituir um obstáculo, pelo contrário, precisa ser uma solução para uma boa convivência entre os povos.

O comércio de comidas étnicas é uma saída encontrada por muitos imigrantes para conseguir estabilidade econômica no país, já que o comércio sempre serviu como ponte de união entre o país receptor e o imigrante.

Seja no meio familiar ou no emprego, o refugiado não fica preso a sua alimentação de origem. Por ser indivíduo híbrido, contemplado por uma identidade étnica e uma identidade nova de refugiado, existe uma disposição em conhecer e em integrar a cultura alimentar brasileira, aliás, não somente brasileira, como outras culturas também. A troca de experiência cultural pode acontecer em duas vias: o migrante/refugiado apresenta-se por meio da comida étnica e, também, conhece o brasileiro através da culinária local.

Assim, um guineense pode comer um *chakrey* – espécie de cuscuz doce – de manhã e um brigadeiro na parte da tarde, ou um judeu pode escolher apreciar um falafel e um pão de queijo na mesma refeição. O refugiado sírio pode comer como se estivesse na Síria, mas ele também pode comer alguma comida típica brasileira. Tais possibilidades que a culinária oferece

traz consigo várias oportunidades de relacionamento entre o refugiado e o cidadão local. A relação entre “nós e eles” é entrelaçada. A cultura de um “nós” étnico encontra-se em constante comunicação com a cultura “deles”, que, devido à hibrididade das identidades, torna-se um pouco a cultura do refugiado também, que paulatinamente se vai aculturando (ALTOÉ; AZEVEDO, 2018).

Portanto, o deslocamento ou a descentralização do sujeito interfere na vida do migrante, mas não tira dele a sua identidade. O deslocamento provoca muitas mudanças na vida do migrante e não migrante, visto que as duas sociedades agora estão convivendo no mesmo território, tentando se conectar culturalmente, apesar das indiferenças que possam existir. A crise provocada pelo duplo deslocamento-descentralização dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos, constitui uma crise de identidade cultural, devido a muitas mudanças que ocorrem nesse deslocamento. É preciso recomeçar fora dos seus hábitos normais, da sua língua, da sua família etc., para poder seguir a vida mesmo num contexto bem diferente daquele que se vivia.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização desta pesquisa nos permitiu fazer breves considerações sobre a ética, destacando as observações para o estudo com imigrantes e refugiados dentro das normas sobre a pesquisa com seres humanos no que diz respeito aos princípios éticos e morais que regem a boa convivência social.

Verificamos que a convivência social sempre foi um desafio para o ser humano como um todo, porque, para se relacionar com o outro, que, a princípio, é diferente de nós em quase tudo que se faz, requer uma grande maturidade de ambos os lados, ou seja, tanto para aquele que está chegando para se reterritorializar, como para aquele que já se encontra no território a mais tempo. Agir em conformidade com os valores sociais e morais é uma obrigação ética. Por fim, destacou-se alguns princípios que o pesquisador deve ter em relação aos imigrantes/refugiados, a saber, compreender e respeitar as diferenças que o outro tem; levar em conta a sua situação de fragilidade emocional da pessoa em situação de itinerância, e considerar a cultura do imigrante/refugiado como aquele que por si só é um universo em si.

#### **5. REFERÊNCIAS**

APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2009.

ALTOÉ, Isabella; AZEVEDO, Elaine de. Comida migratória: a cultura alimentar e as identidades de refugiados. **Revista del CESLA**, núm. 22, p. 247-264, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360086012>. Acesso em: 12 de março de 2022.

BRASIL. **Manual Operacional para Comitê de Ética em Pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2002. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual\\_Operacional\\_miolo.pdf](https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Manual_Operacional_miolo.pdf). Acesso em 31 de março de 2022.

BRASIL. **Resolução 196/6**. Brasília: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde, 1996. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html). Acesso em 31 de março de 2022.

BANDEIRA, Maisa Carvalho Cunha; MARQUES, Maria Carolina de Toledo Otsuka; OLIVEIRA, Thais Dias De. **A importância dos métodos**. 27 de set. de 2016 Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24497444/a-importancia-dos-metodos>. Acesso em 04 de março de 2022.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A Borracha no Acre**. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=807>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

GUERRIERO, I. C. Z; SCHMIDT, M. L. S; ZICKER, F. (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. p. 268-279. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232757717>. Acesso em 23 dezembro de 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural. **Saúde soc.** 27 (1), Jan-Mar 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/BTJsmc9wYXWmCKRBkp5LgPc/?mselkid=eed12595b0e811ecb9315e95ea77a8e0>. Acesso em 31 de março de 2022.

NORDIN, Jaqueline Neves. A interpretação comunitária e a garantia de direitos para migrantes e refugiados – contrastes Brasil x Suécia. In: **Tradução humanitária e mediação cultural para migrantes e refugiados**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª Ed. rev. e atual., São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, E. N. *et al.* SAÚDE DE IMIGRANTES: ESTUDOS COM BRASILEIROS

BASEADOS EM EVIDÊNCIAS. **ANARE**, Sobral - v.15 n.01, p.74-81, Jan./Jun. – 2016  
Disponível em:

<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/931?msclkid=3fe2910fb0e911ecbebbe2aad34cbada>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

PADILLA, Beatriz. Saúde dos imigrantes: multidimensionalidade, desigualdades e acessibilidade em Portugal. "Migração e Saúde" • REMHU, **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 21 n. 40, Jun 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/YdNVZKD8wtn4bsZhDQmz4Pk/?msclkid=59c0a266b0e911ec8853ef1a45057bc0b>. Acesso em 31 de mar. 2022.

SAQUET, Marcos. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo; SANTOS, Edinusia; COELHO Neto, Agripino. (Org.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOARES, Jô. **Entrevista de Mário Sérgio Cortella**. Youtube. Data: 4 de novembro de 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2gVCs2fIILo>. Acesso em 18 dez. 2021.